

José Augusto Ribeiro

Tancredo Neves

A noite do destino

1ª edição



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Rio de Janeiro
2015

Este livro é dedicado a Mauro Salles, Roberto D'Ávila e Francisco Reynaldo de Barros, pelo muito que fizeram por ele.

Mauro deveria ser seu coautor, e que só não o foi porque as muitas demandas a que devia atender não lhe deixaram tempo livre para isso. Mauro, enquanto pôde manter o controle acionário de sua empresa, a Salles Propaganda (hoje extinta), sustentou financeiramente o projeto com recursos da instituição e deu grande contribuição intelectual ao livro.

Quando o livro estava parado por falta de recursos, Roberto foi atrás de verba e conseguiu que ele fosse retomado. Da mesma forma, assumiu a responsabilidade de realizar, como produtor, outra ideia do autor, o filme *Tancredo, a travessia*, dirigido por Silvio Tendler.

E Reynaldo, além de grande ajuda material, deu ao autor a inestimável colaboração de seu talento, seu conhecimento e sua sensibilidade, ao ler as quase mil páginas dos originais da primeira versão do livro, tratando-as a pente-fino e corrigindo infindáveis incorreções e impropriedades.

Agradecimentos

Este livro teve o apoio financeiro das empresas Salles Propaganda, EBX e associadas (do grupo Eike Batista) e Economisa, de Nylton Velloso Filho. Nos três casos, trata-se de companhias com algum vínculo afetivo com a memória de Tancredo Neves.

Sumário

I.

1984: A campanha presidencial começa com ameaça de morte a Tancredo Neves

1. O pistoleiro de Goiânia	17
2. O alferes e o solar: 1796-1910	22
3. Tancredo Neves por ele mesmo: 1910-1922	24
4. A força do destino	29
5. Revolução de 1930: Na linha de fogo, resgatando crianças órfãs	35
6. Revolução de 1932: A primeira prisão	41
7. Primeiro mandato: A segunda prisão	46
8. D. Risoleta	49
9. O Estado Novo	51
10. Primeiro encontro com Getúlio Vargas	54
11. Milton Campos e a Constituinte de Minas	57
12. A volta de Getúlio: 1950	62

II.

A primeira convocação: Ministro da Justiça de Getúlio Vargas; “O senhor governa com um ministério de tubarões!”

1. No início do segundo governo Vargas	67
2. A reforma do ministério	79
3. O caso e a CPI da <i>Última Hora</i>	85
4. A UDN opta pelo golpe	92
5. Avança a candidatura JK	94
6. Tancredo dá garantias de vida a Lacerda	98

7. As revoluções de outubro	101
8. O discurso da Eletrobras apressa o golpe	108
9. O memorial dos coronéis derruba Jango	112
10. <i>Impeachment</i> ou golpe	116
11. Getúlio aumenta em 100% o salário mínimo	119
12. O atentado da rua Tonelero	124
13. Getúlio pensa em renunciar	130
14. Café propõe a renúncia dupla	141
15. Getúlio reúne o ministério	151
16. A morte de Getúlio	158

III.

Conselheiro invisível: Os anos JK

1. Ameaças de golpe: JK é candidato	167
2. A aliança com o PTB	169
3. JK: “Deus poupou-me o sentimento do medo!”	172
4. A vitória de JK e a derrota do golpe	175
5. Por que Tancredo não foi ministro de JK	180
6. Contra a reforma cambial de Roberto Campos	182
7. A inflação	184
8. As derrotas do PSD: “Jânio vem aí”	188
9. A derrota de Tancredo em Minas	193

IV.

Primeiro-ministro, Tancredo restabelece o poder civil

1. Longe do feitiço de Jânio	199
2. O PSD começa a agir	201
3. Primeiro-ministro: Começa a conspiração	212
4. Os primeiros dias do parlamentarismo	225
5. A Câmara aprova o programa de governo	235
6. O Brasil reata com a Rússia Soviética	241
7. Fernando de Noronha, a última base estrangeira	248
8. A queda do gabinete	257

V.

No governo Jango: Tancredo tenta evitar a escalada para o abismo

1. As crises do parlamentarismo	265
2. Depois do parlamentarismo	269
3. Tancredo líder do governo	271

VI.

Ditadura, a coragem de dizer não

1. O comício da Central	281
2. O golpe no Congresso	286
3. O Ato Institucional e a eleição de Castello Branco	297
4. Castello Branco e o AI-2	306
5. Costa e Silva, o AI-5 e Médici	314

VII.

Abertura: A coragem de dizer sim

1. De Médici a Geisel	339
2. Fracassa a negociação de Geisel com Ulysses Guimarães	345
3. A morte de JK e a de Jango	353
4. O pacote de abril	363
5. Tancredo líder do MDB; o fim do AI-5	377
6. Figueiredo: Da anistia ao Riocentro	384

VIII.

Governador de Minas: Tancredo torna-se a esperança do país

1. A vitória mais difícil	395
2. Os novos governadores	399
3. Tancredo organiza seu futuro	403
4. Figueiredo se atrapalha no PDS	405
5. O governador de Minas conquista o Nordeste	408

6. São Paulo: As grades do Palácio	414
7. O acampamento de Belo Horizonte	418
8. Richa e o general Leônidas	420
9. As safenas de Figueiredo	425
10. A campanha das diretas	432
11. Os comícios e a reação do governo	438

IX.

Candidato a presidente: A maior convocação

1. O “ <i>day after</i> ” e depois	455
2. Ulysses chamado à realidade	458
3. Sarney renuncia à presidência do PDS	460
4. Os governadores, afinal, lançam Tancredo	466
5. Bornhausen também renuncia	468
6. A Frente Liberal rompe com o governo	471
7. A escolha de Sarney para vice	475
8. Aureliano ameaça indicar Geisel para vice	480
9. As convenções: O PMDB lança Tancredo	485
10. Tancredo deixa o governo de Minas	492
11. Homenagem a Getúlio Vargas em São Borja	496
12. O encontro de Tancredo com Geisel	506
13. Setembro Negro	516
14. O comício de Goiânia	520
15. A lei de informática	524
16. A polícia política contra Tancredo	529
17. O discurso sobre salários	538
18. O caso dos cocos	546
19. Atentado e resposta em Porto Alegre	551
20. Sabotagem no avião do general Leônidas?	562
21. Incêndio no comitê de Tancredo	574
22. O dia em que Silvio Santos “tancredou”	578
23. Janeiro de 1985: Preparativos para a eleição	583
24. No colégio eleitoral	586
25. O discurso de Tancredo	593

26. O dia seguinte	599
27. A primeira entrevista coletiva	610
28. Em Minas	627

X.

Viagem: A última campanha de Tancredo Neves

1. O embaixador da Suécia	633
2. O telefonema de Reagan a Figueiredo	640
3. O embarque	644
4. A aeromoça e a gravata recusada	646
5. A fome dos povos	654
6. François Mitterrand	663
7. Com Mário Soares em Lisboa e Coimbra	666
8. Madri e os pactos de Moncloa	676
9. Com Reagan, sob o signo de Peixes	678
10. México: tão longe de Deus...	698
11. Na Argentina de Alfonsín	703

XI.

Tancredo organiza seu governo

1. Ambições ministeriais	715
2. General Leônidas: O primeiro escolhido	724
3. A escolha do ministro da Fazenda: Setúbal?	726
4. Os outros ministros	729

XII.

A doença: A segunda noite do destino

1. Manhã de riso depois dos terrores da noite	741
2. Primeiro diagnóstico: Appendicite aguda	746
3. A primeira notícia: Faringite	748
4. “Na missa ele estava bem”	754

5. Tancredo vai ao hospital: Cirurgia já!	757
6. Por que ele resistiu tanto	760
7. Ulysses articula a posse de Sarney	762
8. Cirurgia: A confusão no hospital	774
9. Posse de Sarney, compromissos de Tancredo	788
10. A segunda cirurgia	794
11. São Paulo	806
12. Os bonecos de vodu	812
13. As outras cirurgias	816
14. Na noite de 21 de abril	824

Epílogo: Tancredo foi assassinado?

1. A pergunta	829
2. Os riscos	832
3. Assumindo a morte natural	834

<i>Notas</i>	837
--------------	-----

<i>Bibliografia</i>	863
---------------------	-----

I. 1984: A campanha presidencial começa
com ameaça de morte a Tancredo Neves

1. O pistoleiro de Goiânia

Na tarde de 12 de setembro de 1984, antevéspera do primeiro comício da campanha presidencial de Tancredo Neves, marcado para Goiânia, fui portador, no escritório político da campanha, em Brasília, de um recado telefônico de Carlos Chagas, diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo* na cidade, a Tancredo. Sendo eu assessor de imprensa de Tancredo, era natural que Chagas me telefonasse.

Ele pede que Leda Flora, repórter do jornal, seja imediatamente recebida por Tancredo. Ela levará informações sobre um fato muito grave, que é preciso Tancredo conhecer. Não se trata, diz Chagas, de qualquer ardil para conseguir uma entrevista exclusiva do candidato:

— Você sabe que eu não recorreria a isso para conseguir uma entrevista.

— Peça à Leda que venha agora — respondi. — Enquanto ela vem, vou comunicar Dr. Tancredo... que levou o aviso muito a sério. Talvez já tivesse alguma informação sobre o que poderia ser.

Leda foi recebida imediatamente e contou: a redação de *O Estado de S. Paulo*, em São Paulo, e sua sucursal em Brasília vinham recebendo sucessivos telefonemas anônimos, com avisos de que estava em Goiânia um pistoleiro boliviano contratado para atirar em Tancredo, em seu comício dali a dois dias.

Foi uma conversa muito tensa — Leda, Tancredo e eu — na sala dele, Leda muito nervosa. E de pé, o que não era habitual.

Normalmente, ele insistiria para que Leda e eu nos sentássemos, mas nessa tarde permitiu que conversássemos de pé, perto da porta de entrada

da sala (e longe, talvez, de possíveis grampos ou microfones — instalados, por exemplo, nos telefones).

Além da informação, Leda transmitia uma consulta do diretor de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Neto, a Tancredo, para saber se o jornal deveria ou não noticiar essas ameaças. A que Tancredo responde:

— É claro que isso é para intimidar, para cancelarmos o comício. Mas se eu cancelar o primeiro comício da campanha, não vou fazer outro, estarei desistindo da candidatura.

“Tancredo pede a Leda Flora que transmita, de sua parte, duas informações a Carlos Chagas e a Júlio de Mesquita Neto. Primeira: ele tem como tomar providências para investigar o caso e evitar o atentado. Segunda: ele vai ao comício — não cancelará a viagem a Goiânia, nem deixará de discursar.”

“Diga ao Chagas e ao Júlio que tenho como apurar essa informação e que vou ao comício. Eu não tomaria a iniciativa de pedir que o *Estado* não publicasse a notícia. Mas já que ele [Júlio de Mesquita Neto] me consulta sobre o tratamento a dar ao caso, tomo a liberdade de propor que não publiquem nada. O que querem é exatamente que isso saia no jornal para causar pânico.”

O Estado, nos dias seguintes, nada publicou. Os outros jornais, que não sabiam dos telefonemas, também não.

Ao dizer que tinha meios de apurar a situação e tomar providências para neutralizar a ameaça, Tancredo pensava no serviço secreto da Polícia Militar de Minas e na Secretaria de Segurança de Goiás. O governador de Goiás era Iris Rezende, do PMDB, um dos primeiros a apoiar sua candidatura. E o de Minas era Hélio Garcia, que fora seu vice.

Tancredo sabia que as ameaças eram iniciativa de grupos ligados ao aparelho de segurança, que ainda resistiam à hipótese de sua vitória e mais tarde provocariam outros acontecimentos, alguns públicos, como o incêndio de seu escritório de Brasília, no Edifício Guanabara, outros não revelados até agora.

Os mesmos grupos tinham promovido em Brasília pouco antes, no momento da convenção do PMDB que lançara a candidatura de Tancredo, a colagem de cartazes que anunciavam o apoio do PCdoB a Tancredo (o PCdoB, Partido Comunista do Brasil, concorrente do PCB, Partido Comunista Brasileiro, era ilegal e “subversivo”). Os responsáveis foram presos pela polícia civil de Brasília e logo se verificou que eram militares do Exér-

cito, agentes dos órgãos de segurança, a serviço destes, não do comunismo internacional. Agora, menos de um mês depois, era um avanço perigoso esses grupos radicais passarem da provocação dos cartazes para a ameaça do pistoleiro boliviano.

No outro dia, liga José Márcio Mendonça, chefe de redação da sucursal do *Estado*, com mais detalhes de novos telefonemas.

“É para intimidar” — responde Tancredo sem vacilar. — “Não vamos ceder.”

Na tarde seguinte, ele estava no palanque em Goiânia, alvo fácil para qualquer tocaia. Tive a impressão de que, ao contrário de eventos anteriores da campanha, ele não procurava puxar outras pessoas para seu lado: Sarney, por exemplo. Se houvesse mesmo o tal pistoleiro, era melhor que acertasse em Tancredo, não em quem estivesse perto dele.

É possível que já tivesse havido, nesse início de campanha, outras ameaças à vida de Tancredo — guerra de nervos ou não. A primeira de que eu soube foi essa. Mas houve uma sucessão de episódios, na campanha e mesmo depois dela, nem todos atribuíveis a meros propósitos de guerra de nervos — inclusive a tentativa de sabotagem de um avião que conduziria de volta de Brasília, de um encontro secreto com Tancredo, o general Leônidas Pires Gonçalves, então comandante do III Exército, e futuro ministro.

No caso do avião, era mais difícil admitir a hipótese de simples guerra de nervos. Se o piloto não tivesse feito o que na aviação se chama o *checking* do lobo, o avião poderia entrar em pane e precipitar-se no solo.

Além de Tancredo, o candidato a vice, José Sarney, também era alvo de ameaças. Ao chegar a Goiânia, à tarde, para o comício, ele foi chamado à parte, no Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, pelo governador Iris Rezende.

— Eu ia ser assassinado — contaria Sarney.

Iris avisou:

— Tenho que dizer que recebemos uma denúncia de que você vai ser assassinado aqui, nesse comício.

Daí a precaução de avisar Sarney e talvez convencê-lo a não subir ao palanque. Sarney respondeu:

— Não. Agora é que eu vou, essa seria uma morte gloriosa.¹

Até o terrorista mais famoso do mundo de então, Carlos, o Chacal, seria citado depois como um possível assassino de Tancredo (e de Sarney).

Podia ser apenas uma suposição, mas Ulysses Guimarães contou isso a Luís Gutemberg, em depoimento para sua biografia, *Moisés — codinome Ulysses Guimarães*.

Tancredo não brincava com nada que dissesse respeito a questões de segurança. Mas quando lhe falaram no Chacal, ele não acreditou: “Quem sou eu para merecer a atenção de um renomado e respeitado terrorista internacional?”

Sabia que a ameaça não era internacional, era local, ou melhor, na hipótese mais ambiciosa, goiano-boliviana, mas empreitada por agentes brasileiros. E que Chacal nada tinha a ver com isso.

Fazia parte dos riscos que assumira ao tornar-se candidato civil e oposicionista ao último dos governos do ciclo militar iniciado em 1964, vinte anos antes. Mais remotamente, ele sabia, por experiência própria, de outras coisas sobre o assassinato político no Brasil.

Na noite de 25 de abril de 1984, Tancredo Neves, governador de Minas, está em Brasília, no Congresso, num dos gabinetes de seu partido, o PMDB, para acompanhar a votação da Emenda Dante de Oliveira, que propõe o restabelecimento imediato da eleição presidencial direta. Se aprovada a emenda, o que exigirá a aprovação de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a eleição do sucessor do presidente João Figueiredo, em janeiro de 1985, já será realizada pelo voto direto, suprimido vinte anos antes, depois da deposição do presidente João Goulart em 1964.

Assim como Tancredo, estão em Brasília nessa noite, também para acompanhar a votação, outros governadores do PMDB, talvez todos os nove. Tinham sido eleitos em 1982, na primeira escolha de governadores de estado por voto direto desde 1965. A eleição popular dos governadores precipitara a luta pelo voto direto para presidente.

O governo, pressionado e enquadrado pelo sistema de segurança que deveria servi-lo, mas conseguira dominá-lo, não admite a aprovação da emenda. Por isso, decreta medidas de emergência em Brasília, para censurar a TV e o rádio e permitir violências que intimidassem o Congresso, de modo a evitar a aprovação.

Na Praça da Sé, em São Paulo, sede do primeiro dos maiores comícios da campanha pelas diretas, milhares de pessoas estavam reunidas aquela noite, acompanhando a votação da emenda Dante de Oliveira. As medidas de emergência tinham impedido transmissões ao vivo por TV e rádio. Mas não conseguiram evitar que se formassem, em todo o país, grandes

concentrações populares, que acompanhavam voto a voto a deliberação da Câmara. Tais votos eram passados por telefone e apareciam em grandes painéis eletrônicos.

Antes mesmo da decretação das medidas de emergência, Tancredo, Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e outros governadores, parlamentares e dirigentes das oposições, sabiam que seria muito difícil, talvez impossível, a aprovação da emenda.

As violências do governo conseguiram o resultado desejado. Por falta de apenas 22 votos, a eleição direta não conseguiu os dois terços dos membros da Câmara (teria 298 votos, mas precisava de 320) e foi arquivada sem passar pelo Senado. A oposição, com exceção do PT, decidiu, por isso, disputar a eleição indireta, lançando um candidato ao colégio eleitoral² — e esse candidato só poderia ser Tancredo Neves.

Essa noite determinou, portanto, o destino de Tancredo e aquele que seria um dos últimos episódios de seu meio século de vida política.

Quem cruzasse com ele, ao deixar o Congresso, não perceberia que estava diante do próximo presidente da República, o primeiro civil e o primeiro saído da oposição em vinte anos. E que essa, mais que todas as anteriores, era, para ele, a sua noite do destino.

2. O alferes e o solar: 1796-1910

Na maturidade, Tancredo chegou a pilheriar: “Não se deve sacudir muito a árvore genealógica de uma família, ou acaba caindo um macaco lá de cima.” Mas sabia da história de seus ancestrais, que estavam já por bom tempo em São João del-Rei.

Naquela noite de abril de 1984, fazia quase dois séculos, exatamente 188 anos, que a família Neves figurava na história e na crônica política de Minas Gerais. E 74 anos, um mês e 21 dias desde que Tancredo nascera em São João del-Rei, a 4 de março de 1910, quinto dos 12 filhos de Francisco de Paula Neves (Seu Chiquito) e de Antonina de Almeida Neves (D. Sinhá).

Tancredo descendia, por parte de pai, do comendador português José Antonio das Neves, que se estabelecera na cidade antes da independência do Brasil. Em 1796, o alferes José Antonio, português da Ilha Terceira, arquipélago dos Açores, chegara ao Brasil, nomeado ouvidor-mor da Coroa para a Comarca do Rio das Mortes, que, então, abrangia a vila de São João del-Rei, na época a segunda cidade mineira em importância, logo depois de Vila Rica (Ouro Preto).

Em São José del-Rei, futura Tiradentes, vizinha de São João, nascera o também alferes Joaquim José da Silva Xavier, que, por sua participação e liderança na Inconfidência Mineira, fora condenado à morte e enforcado no Rio em 1792, quatro anos antes da chegada de José Antonio das Neves. São José e São João del-Rei eram consideradas terra de gente rebelde.

A família de D. Sinhá, mãe de Tancredo, em solteira Antonina Kapler de Almeida, tinha menos tempo no Brasil. Na primeira metade do século, seu

avô materno, o chapeleiro austríaco João Kapler, fora chamado da Europa diretamente para São João del-Rei, em época de prosperidade que não só comportava, mas até demandava padrões de elegância e bom gosto para os quais a produção nacional não estava habilitada.

Mariana e João Kapler tiveram uma filha, também chamada Mariana, que casou com um comerciante nascido em Portugal e imigrado para São João del-Rei, Antonio Homem de Almeida. D. Sinhá era filha desse casal, nasceu em 1881 e casou, em 1903, com Seu Chiquito, nascido em 1878.

O primeiro filho de D. Sinhá e Seu Chiquito, Francisco como o pai, viveu apenas três meses. Vieram depois outros 12 filhos. Tancredo nasceu a 4 de março de 1910. De seus irmãos, quatro eram mais velhos que ele: Paulo foi advogado; Otávio formou-se em administração e exerceu o cargo de prefeito de São João del-Rei, de 1976 a 1982; José, militar, chegou a general médico do Exército; Antônio, engenheiro, foi diretor, em São Paulo, das empresas do Grupo Votorantim. Tancredo foi o quinto filho. Nasceram depois dele Francisco, comerciante; Roberto, oficial do Exército; Mariana Neves Dornelles, que se casaria com o general Mozart Dornelles, sobrinho de Getúlio Vargas; Jorge, corretor de imóveis em Belo Horizonte; Gastão, que morreu ainda jovem; madre Ester, superiora da Ordem das Vicentinas, no Rio; e Maria Josina Neves de Resende (Zininha).

O casarão da rua Direita, onde nasceu Tancredo, pertencia à família de D. Sinhá e era o mais movimentado da cidade, com a assídua frequência dos fregueses de Seu Chiquito. Nesse ambiente, Tancredo aprendeu a conviver com as pessoas. Esse casarão não era o depois famoso Solar dos Neves, localizado pouco adiante, então de propriedade de seus tios paternos e que no futuro seria comprado por ele, para não sair do círculo familiar, e tornaria sua casa em São João del-Rei.

3. Tancredo Neves por ele mesmo: 1910-1922

“Sou filho”, diria Tancredo em um dos mais detalhados depoimentos sobre sua vida, “de um pequeno-burguês de São João del-Rei, comerciante, que morreu aos 44 anos, deixando 12 filhos. Minha mãe ficou viúva muito moça, com 36 anos, sem meios nem recursos. Realizou o milagre de formar todos os meus irmãos!”¹

A infância de todos nós corria naturalmente, dentro dos padrões exigidos na época. Um pouco de energia da parte dos pais, ou, se não, muito de energia e um terço de carinho, e todos vivíamos na mais estreita confraternização. Tínhamos hora certa para tudo. Hora certa para levantar, hora certa para o café da manhã, hora certa para o almoço, hora certa para o jantar e hora certa para nos recolhermos, de acordo com as idades dos diversos grupos. Esse regime era mantido com a maior severidade e todos obedecíamos como se vivêssemos num regime militar.

Durante as refeições travavam-se discussões acaloradas, mas meu pai impunha disciplina, de forma que havia sempre a oportunidade de cada um falar e os demais participarem da conversa, mas cada um a sua vez, para evitar o tumulto. Nossa refeição sempre era muito frugal, mas sempre muito farta, com a graça de Deus. Eram pratos comuns: arroz, feijão, carne — e tínhamos a sobremesa, que era invariável. Era sempre um doce de batata. O que variava era a cor: às vezes era batata branca, às vezes batata roxa, mas sempre doce de batata.

A diversão maior era o futebol, que era travado com o maior entusiasmo, até com torcida, no adro da igreja.²

Foi, segundo ele, a infância comum de todo menino de Minas Gerais: banho de rio, tocar sino nas igrejas, ajudar na missa, pelada todos os dias. E “havia também a rua, onde Tancredo compartilhava brincadeiras, e a casa dos avós paternos, onde a criançada subia na mangueira com a ajuda do pajem Custódio Isaías. Mangas verdes eram a paixão dos meninos e a preocupação dos adultos...”³

Amigos como Cid Rangel nunca esqueceram o caso de um comerciante que rasgou a bola dos meninos. A vingança não tardou: na forma de pedras certas disparadas por estilingues, foram estilhaçados um por um os vidros da casa do rasgador de bolas. Também roubavam frutas nos quintais dos vizinhos, faziam piqueniques na região das Águas Santas, nadavam no rio das Mortes (que, em São João, é rio Acima), jogavam bola de gude. Tancredo, ao contrário dos irmãos, não precisava ajudar o pai no armazém. Tinha tempo para a leitura de fascículos e do *Almanaque do Tico-Tico*.

Em entrevista a jornalistas do semanário *Pasquim*, em 1984, respondeu:

Ziraldo: Era bom de bola?

Tancredo Neves: Era meia-esquerda, né? (*risos*)⁴

Em outra entrevista, voltou ao futebol:

Jorge Bastos Moreno: Qual das suas lembranças de infância mais o emociona?

TN: A coisa que mais me marca é realmente fazer um gol num jogo de futebol. Nada na vida se compara a essa emoção.

JB: O senhor foi um excelente jogador?

TN: Que nada... Medíocre...

JB: Qual o jogador que o senhor mais admira?

TN: Ah! Temos de correr os anos todos. Mas os que mais me marcaram posso citar: ainda sou do tempo do Friedenreich, passei pelo Leônidas e, do Leônidas, atingi o Pelé. São os três maiores que conheci. Mas eu me lembro de Domingos da Guia, que foi realmente um excepcional na sua posição. Foram realmente os que mais me marcaram.

Na entrevista a *O Pasquim*, Villas-Bôas Corrêa pergunta:

VBC: Estudou em colégio pago ou público?

TN: Público. Estudei no João dos Santos, grupo escolar tradicional da cidade, das famílias remediadas. Não havia grandes fortunas na cidade, mas também não havia miseráveis, a economia era bem distribuída. Por isso mesmo o povo era de muita independência.⁵

Na idade dos seis, sete anos, todos nós íamos para o grupo escolar, naquele regime em que uma professora assumia uma classe logo no início de um período letivo e a acompanhava até o quarto ano. Tive como professora uma santa criatura: chamava-se D. Maria de Lourdes Chagas, uma benemérita. Paciente, humilde, de uma dedicação acima de todos os limites. Quando não conseguíamos acompanhar os tópicos que dava em aula, ela nos levava à sua casa e lá nos dava a suplementação de que carecíamos, para continuarmos acompanhando o curso ministrado por ela nas aulas.⁶

D. Lourdes pode ter estimulado leituras futuras de Tancredo, como Euclides da Cunha, Dante, Goethe e Cervantes, e fez o aluno decorar e pronunciar seu primeiro discurso, numa comemoração do Dia da Árvore, 21 de setembro. Sobre esse discurso, ele diria que foi um suplício. Teve de apanhar o texto com o autor, o médico Ribeiro da Silva, a pedido da professora. Quando o entregou a ela, ficou sabendo que tinha sido escolhido para pronunciá-lo.

— Mal sabia o que me esperava. De posse dos originais, escritos com a letra miúda e hieroglífica do médico, [D. Lourdes] se pôs a traduzi-los para a sua bela caligrafia... Isso feito, passou-me os papéis, levou-me delicadamente para uma sala de sua casa e, fechando a porta, foi-me dizendo: “Você só sai daqui depois que souber esse discurso de cor.”

Tancredo tentou escapar, mas viu que não tinha saída. Decorou o discurso e pediu dispensa, para jogar futebol.

“Hoje não tem futebol”, anunciou D. Lourdes.

Decorado o discurso, impôs a Tancredo uma aula de empostação de voz, entonação das frases, gesticulação e “tudo mais que transforma uma peça escrita num belo discurso”.

Segundo D. Lourdes, Tancredo não era aluno brilhante em aritmética, mas passava com folga em português e em história. (Anos mais tarde, ele estudará suficiente matemática para ser aprovado nos rigorosos exames de admissão tanto à Escola Naval quanto à Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto.)

Tancredo frequentou o Grupo Escolar João dos Santos, entre 1917 e 1920, e ingressou em seguida no Colégio Santo Antônio, dirigido por frades franciscanos, concluindo o curso secundário em 1927.⁷ Na avaliação que fez do próprio desempenho, Tancredo seria modesto.

VBC: O senhor foi bom aluno?

TN: Nunca entre os primeiros lugares, mas nunca entre os últimos. Ficava próximo dos primeiros.

Sérgio Cabral: Era bom de briga?

TN: Sempre fui um conciliador. (*risos*)

SC: Não teve nem uma briguinha que não conseguiu evitar?

TN: Briga de engalfinhamento, disso nunca participei. Agora, promovíamos movimentos. No ginásio, chefei uma greve de estudantes porque o comércio decidira abrir as portas no dia 21 de abril [o dia do suplício de Tiradentes]. Fechamos o comércio todo. (*ri, memorando*)⁸

D. Sinhá incutiu nos filhos um profundo sentimento religioso. Mas também foi amiga da música e do carnaval. No fim da vida chegou a estimular o animado Bloco de D. Sinhá, que deu origem à Escola de Samba Qualquer Nome Serve, ainda hoje a maior de São João del-Rei. Foi por influência da mãe e pela música barroca das orquestras sacras de sua cidade que o menino Tancredo arranhou uma flauta doce.

“Na época do barroco mineiro”, diria ele, “ou se enriquecia através do ouro, ou, para arranjar *status* social, se ia para a arte e a música. Ou era Aleijadinho ou Emérico Lobo de Mesquita.⁹ Muitos mulatos ascenderam em São João explorando sua vocação musical. A predominância [em São João del-Rei] era da música erudita, da música barroca, das orquestras sacras. Temos orquestras com 150 anos de existência ininterrupta.

Na fase ginásial, a gente lia tudo. Li todo o Eça de Queiroz, todo o Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, José de Alencar, mas o que me empolgou mesmo foi *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Sabia trechos de cor. À medida que a gente vai envelhecendo, passa para os clássicos: *Dom Quixote*, Dante, Goethe.

Na ocasião em que despertou meu interesse para a política, eu podia ter uns 8 ou 9 anos, predominava em Minas o Partido Republicano Mineiro. Ele era praticamente um partido único, um partido unitário.¹⁰

O Partido Republicano Mineiro era liderado por Artur Bernardes, um advogado da cidade de Viçosa que se tornou presidente de Minas e depois presidente da República. Áspero, duro, intransigente — mas ao mesmo tempo honrado e incorruptível —, Artur Bernardes deu nome a uma época e a um estilo, o bernardismo, do qual Seu Chiquito Neves era adversário.

Segundo Tancredo, São João del-Rei era o único município de Minas onde Bernardes perdia eleições. Isso porque, com a economia do município bem distribuída, o povo era muito independente:

A única dissidência aberta que houve em Minas contra o bernardismo, na época, foi realmente a de São João del-Rei, liderada por um grande homem de bem, um grande jurista, um grande homem público, que foi o Dr. Odilon Martins de Andrade. Outra grande figura de homem, pela integridade, pelo saber, pelo valor, foi Augusto Viegas. Foi esta tríade, Odilon de Andrade, Augusto Viegas e meu pai que resistiu em Minas ao bernardismo. A luta era áspera: perseguições, prisões, violências, lares invadidos, cidadãos arrebatados e espancados pelo crime de serem da oposição ao bernardismo.

Foi um período de muita agitação para a vida de minha cidade; e eu participei desses acontecimentos ainda menino, muito de perto, vibrando, me emocionando, me exaltando nas manifestações, nos comícios, nas passeatas, na vida do município. Esses acontecimentos me marcaram muito. A cidade inteira era totalmente dominada por essas disputas: senhoras, crianças, velhos e os grupos nitidamente caracterizados. As lutas eram muito acirradas e apaixonadas e isso marcou muito a vida da cidade e de toda a minha geração.

De maneira que meu pai exerceu uma influência marcante em minha formação política.¹¹

4. A força do destino

— *Qual foi o fator eficiente? O senhor poderia caracterizá-lo agora?*, pergunta Lucília Neves Delgado.

— Posso. O destino.¹

Esses conflitos da política mineira nem sempre estavam sintonizados com os da política nacional. Como a quase totalidade dos mineiros — e dos brasileiros — de então, Seu Chiquito não tinha como saber que esse Bernardes terrível mereceria, meio século depois, integral reparação da história. Aos olhos de seus conterrâneos e, sobretudo, de seus adversários de São João del-Rei, como Seu Chiquito, Bernardes era tirânico, arbitrário, prepotente. Mas aos olhos da história, que só futuramente poderá ser escrita, Bernardes transformar-se-á em alguém que foi capaz de ver alguma coisa para a qual, então, o Brasil estava cego. Alertado e aconselhado por seu secretário da Agricultura, Clodomiro de Oliveira,² Bernardes lutava contra a entrega das riquezas minerais do estado, especialmente as jazidas de ferro de Itabira, aos grupos internacionais, liderados pelo americano Percival Farquhar, que tinha a simpatia de Epiácio Pessoa, o antecessor de Bernardes na Presidência da República.

Seu Chiquito morreu em 1922 e não deixou a família desamparada. Além do Armazém Neves, a família herdou a grande casa na rua Direita, prédios e terrenos. Mais do que sua parte nessa herança material, que afinal se consumiria nos anos seguintes, deixando a família literalmente sem nada, Tancredo herdou, segundo D. Risoleta, sua mulher, a paciência

de Jó e o espírito conciliador. De D. Sinhá — segundo a irmã Zininha —, herdaria a energia e a disposição para o trabalho, resumidas na frase a que ele recorrerá frequentemente ao longo da vida: “Para descansar teremos toda a eternidade.”

Morto Seu Chiquito — que, como todos os Almeida e todos os Neves, foi sepultado no cemitério da Igreja de São Francisco —, a administração do armazém e dos outros negócios recaiu sobre D. Sinhá e os filhos mais velhos, Paulo e Otávio, assistidos pelos tios.

Conta D. Risoleta:

A situação da família era boa, ou pelo menos razoável, graças ao trabalho do marido e a uma espécie de capital de prestígio que acumulara em São João del-Rei, por sua seriedade e operosidade. Com a morte dele, os negócios entraram em crise. Nem os filhos tinham idade ou experiência para substituí-lo, nem D. Sinhá poderia deixar a família largada para dedicar-se aos negócios em tempo integral. Ela chegou a cozinhar e servir no bar da casa de comércio do marido, mas, com o tempo, tanto essa como a própria casa de moradia da família foram perdidas.

Sobre os efeitos da perda do pai na vida familiar, Tancredo diria:

Minha mãe teve de fazer milagres para poder encaminhar e educar os filhos. Todos se formaram, com os maiores sacrifícios da parte dela. Minha mãe foi uma figura excepcional. Todas as mães são excelentes, mas a que Deus me deu foi mais do que excelente. Uma obra divina, pela bondade, espírito de sacrifício, compreensão, energia e também pela maneira como ela sabia educar os filhos. Ela foi uma heroína e uma santa na condução de uma família tão numerosa.

Meu pai morreu muito cedo, em plena atividade. Se realmente tivesse mais uns dez ou quinze anos de vida, ele iria realizar uma grande atividade empresarial. Naquela ocasião, ele já dominava o comércio, não apenas de todo o município, mas dos municípios vizinhos. Sempre respeitado, ele infundia confiança. Tinha um carisma de respeitabilidade. Todos confiavam nele. Um grande número de pessoas brigava para ter dinheiro na mão dele, para que ele tomasse conta do dinheiro. Ele era, assim, uma espécie de administrador do patrimônio de quase todo mundo em São João del-Rei.³

D. Sinhá, embora tenha sido mais uma influência moral, não deixou de exercer grande influência intelectual sobre os filhos. Tinha grande cultura, falava fluentemente francês, lia muito e fazia recitais de canto ou de piano no Teatro Municipal de São João ou no Clube Sanjoanense.⁴

Essa influência moral, a fortaleza de espírito diante da adversidade, a energia inesgotável para o trabalho, o compromisso com a responsabilidade e com os deveres explicam a influência religiosa de D. Sinhá. Foi estimulado por ela que Tancredo entrou para a Ordem Terceira de São Francisco aos 16 anos e fez de São Francisco um exemplo de vida. A Ordem Terceira existe em São João del-Rei desde a década de 1740 e suas principais cerimônias realizam-se na Semana Santa. A que mais mobiliza e emociona a cidade é a Procissão do Enterro de Jesus morto, ao som da música sacra mineira do século XVIII. De 1926 a 1984, é difícil descobrir algum ano em que Tancredo, mesmo quando primeiro-ministro e governador, não tivesse participado da procissão da Sexta-Feira Santa em São João del-Rei.

Depois que foi eleito para o Definitório, o colégio eleitoral da Ordem, e que por esse colégio foi feito vezes sucessivas vice-ministro, ministro e afinal ministro vitalício, Tancredo passou a ser um dos portadores dos pálios, as grandes e pesadíssimas lanternas que abrem a procissão. Ao longo desse mais de meio século, ele organizou uma coleção de 22 imagens de São Francisco, a maioria do período do Barroco, reunidas no Solar dos Neves. Não se tratava apenas de estima e veneração por um santo magicamente sedutor, que tem adeptos mesmo entre os mais descrentes. Tratava-se de fé, tão sólida, tão funda que, no início de sua vida de advogado, Tancredo envolveu-se, pelos jornais de São João del-Rei, numa polêmica com o advogado Euclides Garcia de Lima, este ateu, sobre a existência de Deus.⁵

Essa religiosidade nunca impediu que a família toda, a começar por D. Sinhá, participasse ativamente, alegremente, de todos os carnavais. Participavam todos dos corsos, dos quais Paulo, o irmão mais velho, era o grande animador. Nas ruas, na lembrança de Zininha, a irmã mais nova, “o carnaval eram os zé-pereiras, as máscaras, os banhos de limão de cheiro...” O carnaval sempre foi uma instituição respeitada na casa alegre dos Neves.⁶

Assim como não prejudicaram a prática religiosa, os interesses intelectuais também não impediram que, na infância e na adolescência, Tancredo se dedicasse ao futebol com a mesma paixão e seriedade. Aluno de ginásio, jogou no Esparta, do Colégio Santo Antônio, e, depois, no Minas, clube social que reunia especialmente os antibernardistas de São João del-Rei e

do qual seria presidente anos mais tarde. Paulo, o irmão mais velho, jogava no Athletic, a equipe dos conservadores e bernardistas.

“Quando tinha briga”, lembraria a irmã Zininha, “mamãe, com a autoridade de mãe de jogadores dos dois times, entrava em campo e acabava com o sururu.”⁷

A família guardou uma fotografia dos jogadores do Esparta, uniformizados e formados. No verso, está escrita a escalação do time: Mundico, Javert, Pipote; Meireles, Geraldo, Naves; Touché, Tancredo, Édipo, Caixeta, Vicentinho.

Tancredo estava na meia-direita, mas, segundo contemporâneos, preferia a meia-esquerda. Um deles, Galileu Camarano (Leleu), diria que o companheiro “não era exatamente uma revelação”, apenas um jogador disciplinado “que cumpria bem o feijão com arroz”. Mesmo assim, essa equipe do Esparta e esse meia-direita de 15 anos e limitadas possibilidades foram campeões, em 1925, do torneio quadrangular amador de São João del-Rei.

Quando não havia outro jeito, os integrantes do Esparta pulavam às carreiras o muro do ginásio Santo Antônio para jogar futebol. Às vezes, aproveitavam para tomar banho de rio no Alto do Tejuco. A água fria não era impedimento, até porque os franciscanos estimulavam nos alunos o hábito do banho frio de manhã cedo — hábito que Tancredo guardará pela vida toda.⁸

Ainda nesse período do ginásio Santo Antônio, do Esparta, dos banhos de rio e da Ordem Terceira, as lembranças da família e de amigos registram que, ocupado com os exames preparatórios de cada dois meses — ele estava terminando o ginásio e tinha de pensar no futuro, no que seria na vida —, Tancredo “já participava do *footing* na praça do Batalhão de Caçadores — os rapazes andando numa direção, as moças, na direção oposta — e ensaiava os primeiros namoros na saída do cinema, onde Pola Negri, Gloria Swanson e Theda Bara encantavam os espectadores do cinema mudo”.⁹

Terminado o ginásio, prestado o serviço militar no Tiro de Guerra, que conciliava os horários com as obrigações escolares e profissionais de jovens estudantes e trabalhadores, o aluno 124 foi aprovado como atirador “sofável”. Estava na hora de pensar na vida.¹⁰

Sua escolha pouco tinha de livre e só por acaso coincidiria com seus pendores. Nos cinco anos desde a morte do pai, a situação da família fora piorando sempre. Era preciso tentar uma carreira segura, de resultados

imediatos. Nada de sonhos para quem via a mãe consumir-se e sacrificar-se daquele jeito. A Marinha era uma carreira segura, de futuro, e apresentava alguns resultados imediatos. Por exemplo, os alunos da Escola Naval eram sustentados pela Marinha, não pela mãe viúva. Para Minas, contudo, a Marinha e o mar talvez estivessem longe demais. Contaria Tancredo:

Antes da Escola Naval tentei outro caminho. Minha primeira tentativa foi a Escola de Engenharia de Minas em Ouro Preto, logo depois que terminei o ginásio. Mas não gostei da vida lá. Naquela ocasião, era um convite a uma vadiagem permanente. Eram conversas intermináveis nas repúblicas, roubo de galinhas, serenatas, bebedeiras. Enfim, com dois meses nessa vida, me deu um peso na consciência. Aquilo não era vida, tinha de mudar de vida, em Ouro Preto não conseguiria. Então fui para a Escola Naval.

Fiz meu exame na Marinha, mas não fui classificado. Eram apenas vinte vagas, fiquei no 25º lugar. Recebi meus documentos na Secretaria da Escola Naval e fui para São João del-Rei. Quando cheguei, os jornais publicavam minha convocação. A Marinha estendera as matrículas até o 25º classificado. Mas os jornais naquele tempo demoravam muito a chegar a São João del-Rei e a gente também demorava muito para chegar a São João del-Rei. Quando tomei conhecimento da convocação e me apresentei no Rio, as aulas haviam começado há mais de uma semana e o 26º colocado havia sido chamado. Então não me quiseram admitir e não consegui minha matrícula.

Quer dizer que o senhor teria optado pela carreira militar?

Teria sido hoje, talvez, quem sabe, um golpista terrível... (risos)

O fato de não ter seguido esse caminho seria uma das suas frustrações na vida?

Bem, o primeiro ideal que senti na minha vida foi pela Escola Naval. Hoje percebo, à medida que os anos foram passando, que era muito mais uma impressão, resultante de um aspecto externo da atividade militar, do que realmente o gosto da atividade em si mesma. Quando deixei Ouro Preto e fui para a Escola Naval, o que me incentivou foi realmente a base matemática que já possuía naquele tempo, de maneira que me parecia que teria facilidade de enfrentar o vestibular na Escola Naval. A preparação para Ouro Preto e depois a preparação em Ouro Preto me habilitariam a ter êxito no ingresso na Escola Naval, o que não aconteceu. Uma fatalidade do destino.

Procurei o secretário da escola, que era um homem estranho, seco. Ele se caracterizava por uma “pera”... uma pequena faixa de cabelo caído no queixo. Ele foi logo me dizendo que eu já tinha perdido cinco ou seis aulas, que não teria mais como me recuperar. Lamentava, mas eu era muito moço,

poderia voltar no ano seguinte. Procurei, então, um amigo da família que era professor de eletricidade na Escola Naval, Adalberto Menezes. Conteí a ele o acontecido, ele se prontificou a me levar ao diretor da escola, almirante como ele. Fui à presença do diretor, que me recebeu muito bem, me tratou com muita consideração, diria até mesmo paternalmente. Pediu que lhe contasse o que tinha acontecido. Conteí. Ele então disse assim: “Mas o secretário já lhe falou que o senhor não pode voltar mais?” Respondi: “Já.” “Ah!, então não tem jeito. Esse secretário, quando fala, decide.” Mas para mim aquilo não estava certo. Não me dei por vencido. Fui ao ministro, ainda em companhia do professor Adalberto Menezes, do ministro eu me lembro muito bem, era o almirante Pinto da Luz. Esse me tratou maravilhosamente bem. Ele me perguntou de onde eu era, como é que era São João del-Rei, o que a cidade tinha, por que tinha escolhido a Escola Naval. Depois me perguntou o que estava acontecendo. “Mas o senhor já esteve no diretor?” “Estive no diretor, ele falou que o secretário tinha decidido, que ele não tinha como passar por cima dele ou revogar a decisão dele.” “Mas o secretário já falou que o senhor não tem condições de entrar na escola? Ah, então o senhor está com o caso resolvido, porque na Marinha ninguém tem condições de contrariar este secretário.” Quando voltei para Minas, não podia perder o ano. Fiz a matrícula na Faculdade de Medicina, fui o 120°. Às vésperas do vestibular, veio uma recomendação da diretoria de que só aceitassem as matrículas até o 100°. Para não perder o ano, é que fui para a Faculdade de Direito.¹¹

Aí o destino mostrava sua força. O futuro de Tancredo passava muito mais pela Faculdade de Direito que pela Engenharia, a Medicina ou a Marinha. A Faculdade de Direito levou-o à política e ao jornal, que fizeram o resto.

5. Revolução de 1930: Na linha de fogo, resgatando crianças órfãs

Apesar das tantas idas e vindas dessa odisseia, Tancredo mal tinha completado 18 anos quando, afinal, aprovado no exame vestibular, conseguiu matricular-se na Faculdade de Direito em Belo Horizonte, a 1º de abril de 1928. Dois anos depois, ainda estudante, mas já jornalista com alguma experiência na reportagem política, ele participaria da campanha eleitoral de Getúlio Vargas, candidato de oposição à Presidência da República, e, em seguida, da Revolução de 1930.

Sobre esses anos em Belo Horizonte, ele diria mais tarde:

Cheguei em condições as mais adversas, com 20 mil-réis no bolso. Procurei uma pensão que me fora indicada, na avenida Carandaí, e saí procurando emprego. O único que achei foi um concurso de guarda-civil e quando me apresentei, o diretor, Dr. Menelick de Carvalho, me achou sem condições físicas. Mas como falei com ele que precisava trabalhar, ele me pôs como escrivão. Eu anotava as substituições, as ausências e tomava todas as providências para manter o serviço de segurança da cidade em perfeita ordem. Lá fiquei durante uns seis ou oito meses. Houve um concurso na Secretaria de Educação, fiz esse concurso e fui classificado.¹

Se antes ele se culpava por estar (ou por achar que estava) entregue a uma vida de deboche, enquanto a mãe e os irmãos passavam por privações, agora, matriculado na Faculdade de Direito e trabalhando para sustentar-se,

cumpria o papel que lhe cabia no plano da solidariedade familiar. Mas, com a crise mundial, em 1929, a família, do dia para a noite, perdeu o que lhe restava. Conta o irmão Antônio:

Ficamos a zero, mudamos do sobradão da rua Direita para uma casa pequena, alugada, e mamãe passou a cozinhar para fora. Com a ajuda de empregadas, fazia salgados, doces e refeições, que eram vendidos pelos bares e restaurantes de São João. Mamãe viveu essa vida uns quatro, cinco anos, enquanto os filhos mais velhos estudavam e se preparavam para poder ajudá-la.²

Contrabalançando o peso de tais dificuldades, há um registro risonho nas reminiscências de um colega de turma, José Monteiro de Castro, de quem Tancredo também seria colega (e adversário) por duas vezes na Câmara dos Deputados — em 1951 e em 1967.

Éramos como príncipes num tranquilo reinado — contaria Monteiro de Castro mais de cinquenta anos depois. — Nenhuma festa podia levar esse nome se não fôssemos convidados. Frequentávamos desde o Palácio da Liberdade até o cabaré da Olímpia, o Palace. Um cabaré diferente, com ambiente familiar, onde enganávamos a dureza pedindo uma cerveja para quatro e podíamos ler os jornais do Rio, que apanhávamos às dez e meia da noite no Bar do Ponto. De tanto ler jornais Tancredo foi ser repórter de polícia em *O Estado de Minas*.³

Se o colega, amigo e depois adversário Monteiro de Castro podia ver a vida de estudante em Belo Horizonte com o espírito boêmio da cigarra, Tancredo estava mais preocupado com as responsabilidades da formiga:

Minha vida era muito dura na época, porque tinha de trabalhar e estudar. Trabalhava em *O Estado de Minas*, onde fiz revisão, reportagens e depois passei a exercer atividades internas. Minha única preocupação na época era trabalhar para custear meus estudos.⁴

Segundo Monteiro de Castro, a carreira de Tancredo como repórter policial não teria futuro.

Mas na reportagem política ele conquistou a confiança de Bernardes, completamente avesso à imprensa, que quase sempre transcrevia infielmente suas

palavras. Tancredo uma vez redigiu com tal habilidade uma entrevista de Bernardes que o presidente transformou-se em fonte permanente do jovem repórter.

As lembranças de Monteiro de Castro registram ainda que Tancredo não participou, como candidato, de nenhuma chapa ao Centro Acadêmico Afonso Pena, órgão de representação dos estudantes da Faculdade de Direito, mas disputou um cargo na chapa do “PRM” — não o todo-poderoso Partido Republicano Mineiro, mas o “Partido Recreativo da Mocidade”, uma bem-humorada organização alternativa, tanto ao partido propriamente dito quanto ao centro acadêmico. Isso, naturalmente, porque esse “partido”, “motor das atividades estudantis extracurriculares”, tinha como presidente o próprio Monteiro de Castro.

Segundo Tancredo, não havia naquela ocasião a preocupação ideológica:

Um ou outro colega falava nas doutrinas marxistas. Todo mundo era obrigado a ler Anatole France, Machado de Assis, Eça de Queiroz. Mas as leituras substanciais de teoria política ninguém fazia. Quando muito, lia-se Oliveira Viana, que era na ocasião o grande e o primeiro sociólogo brasileiro a buscar interpretações profundas. Euclides da Cunha era conhecido por muito poucos. No mais, era realmente a literatura pura e simples, a literatura pela literatura.⁵

A base humanística foi fundamental na minha formação intelectual. Muito jovem ainda, li os clássicos: Shakespeare, Goethe, Dante, Cervantes, Virgílio, Homero, Milton. Creio que não me faltou a leitura de nenhuma grande obra fundamental. Essas são as raízes... Com base nesse humanismo, que poderíamos chamar de literário, aprofundei-me no humanismo cristão. Recebi uma influência muito direta de São Tomás de Aquino e de Santo Agostinho e, no Brasil, de maneira muito intensa, de Tristão de Athayde.⁶ Costumo dizer que só não sou comunista graças ao Tristão. Naquela fase em que todos nós temos uma atração muito grande pelo marxismo-leninismo, a influência do Tristão foi altamente benéfica para minha formação.⁷

Minha geração foi marcada pelo espírito da Revolução de 30. Mesmo antes da eleição. A eleição, já não se acreditava nela. Os líderes políticos de Minas já sabiam que a eleição era apenas um episódio formal e as instruções que tínhamos eram de pregarmos a Revolução. Lembro-me bem de que participei de caravanas que percorreram o interior de Minas pregando a Revolução de 30. Saíamos com pastas fornecidas pelo governo do estado, percorrendo todas as cidades mais importantes de Minas. Éramos 12 ou 13 estudantes. Percorremos sobretudo a Zona da Mata. Não pregávamos as eleições, mas a revolução.⁸

Tancredo estava também na redação de o *Estado de Minas*, jornal que teve importância decisiva nos acontecimentos daqueles dias e que fora comprado por Assis Chateaubriand precisamente com esse objetivo, como escreveria Fernando Moraes na biografia de Chateaubriand:

Na conspiração da Aliança Liberal, Assis Chateaubriand era uma peça cada vez mais importante. Ele já tinha jornais no Rio (*O Jornal* e o *Diário da Noite*), em São Paulo e Porto Alegre. Acabara de comprar, com a ajuda da própria Aliança, o *Diário de Notícias* [de Porto Alegre] e criara *O Cruzeiro*, sua revista de circulação nacional. Faltava Minas. “Como fazer uma conspiração sem Minas?”, perguntava ele a cada chefe aliancista que encontrava. “Como conspirar em Minas sem ter um grande jornal para defender essa conjura lá?” Se a Aliança Liberal quisesse, o jornal estava prontinho, era só comprá-lo, e para comprá-lo só faltava um detalhe, o dinheiro. Era *O Estado de Minas*, que Pedro Aleixo, jovem professor de Direito, montara um ano antes, em sociedade com dois amigos, e cujas dívidas o estavam levando à falência. O sinal verde foi dado por Getúlio [Vargas] e no dia seguinte Chateaubriand embarcou no trem Vera Cruz, para Belo Horizonte, acompanhado de Milton Campos, redator de *O Jornal* e intermediário na negociação. Na redação do jornal, depois de fechado o negócio, Chateaubriand ouviu as queixas dos redatores. Quando o último acabou de falar, deu um tapa na mesa: “Era isso mesmo que eu esperava: comprar um cemitério.” Para acabar com aquela pasmaceira, ia transformar *O Estado de Minas* num curral de petiços. Ali mesmo anunciou o nome dos cinco rapazes que escolhera para desenterrar os fantasmas desse campo-santo: Milton Campos, com 29 anos, o mais velho do grupo, seria o redator-chefe. Pedro Aleixo, 28 anos, continuaria como presidente da empresa. José Maria Alkmin, 28 anos, seria gerente. Dario de Almeida Magalhães, 21 anos, diretor. Para secretário de redação, Chateaubriand convidou um estudante de Direito que lhe tinha sido recomendado pelo governador Antônio Carlos: Tancredo Neves, de 19 anos.⁹

Esse curral de petiços em que Chateaubriand pretendia transformar *O Estado de Minas*, adotando um palavreado de gaúcho que sua Paraíba não compreenderia (petiço, no Sul, era um tipo de cavalo pequeno), foi apenas uma das chocadeiras para a ação política de jovens como Tancredo naquele momento. Outra era a Faculdade e uma terceira a sequência de missões de agitação e propaganda que Antônio Carlos, o presidente de Minas, confiara aos rapazes da Faculdade de Direito. Tancredo Diria:

Não estive nos bastidores — diria Tancredo —; participei de todos os movimentos, mas como um jovem estudante participa desses movimentos. Nas reuniões, nas faculdades, nos comícios, nas viagens pelo interior. Participei um pouco porque em mim já se havia formado o espírito da necessidade da Revolução. E em segundo lugar porque, participando do movimento, havia oportunidade de treinar a oratória, a gente se divertia e até brincava muito.

Não encontrávamos muita resistência para nossa pregação. Todo mundo era revolucionário. Tínhamos todo mundo do nosso lado, em qualquer lugar aonde íamos éramos muito bem recebidos. Discursos, comícios, almoços, jantares, passeios, bailes, moças, essas coisas todas tornavam aqueles dias muito divertidos.¹⁰

Quando a Revolução veio, os rapazes tiveram de ir para a linha de fogo. “No dia em que foi deflagrada a Revolução, apresentei-me para prestar serviço à causa revolucionária.”

Como Tancredo não tinha a altura mínima para ser alistado como combatente, foi enquadrado por Cristiano Machado, um dos coordenadores da Revolução em Minas, num grupo não combatente, cujos integrantes, no entanto, correriam desarmados os mesmos riscos de vida dos combatentes:

Ele nos entregou, a mim e a mais outros companheiros, a missão de tirarmos de um orfanato que ficava ali perto do 12º Regimento de Infantaria os menores que lá estavam. Nos deu caminhões e apetrechos para cumprirmos a missão. Achei que estava salvando a pátria e fui com os colegas. O orfanato ficava justamente entre o 12º Regimento e a situação de entrincheiramento, onde já estavam as forças revolucionárias. Ficava na linha de tiro. Fogo cruzado. Prestamos aquele serviço. Diversas viagens, para distribuí-las por outros orfanatos, por outros colégios. Foi a única participação ativa que tive na Revolução de 30. Não tinha físico, não tinha condições de ser soldado.

Acompanhei o movimento todo aqui. Assisti a toda aquela troca de tiros, o 12º teve uma resistência belíssima. Uma das mais belas páginas da vida militar do Brasil. Foi realmente uma resistência épica. E fui um dos primeiros que entraram no quartel do 12º, depois que ele caiu, com o espírito assim de euforia da vitória, do triunfo e de lenço vermelho, aquelas coisas todas que se usavam na época.¹¹

Ao ser interpelado, em mais de um depoimento, sobre seu papel naqueles acontecimentos, Tancredo contaria sobre o episódio das crianças do orfanato, episódio do qual ele teria o direito de sentir justo orgulho.

Mas, modestamente, não falava nisso por iniciativa própria. Se não fosse pelo questionamento dos que entrevistaram Tancredo, esse episódio permaneceria desconhecido — fato pouco comum entre líderes políticos de sua importância.

Vitorioso na Revolução, o estudante Tancredo precisava ainda vencer na vida. Isso dependia, em primeiro lugar, de mais dois anos na Faculdade de Direito. Revolução ou não, a faculdade entrou em férias em dezembro e o revolucionário Tancredo foi passá-las em São João del-Rei, com a família — até porque era o mais barato.

Já nesse, mas sobretudo nos seguintes períodos de férias, sempre em São João, ele passou a ser visto como bom partido pelas moças da cidade e da região. As irmãs de seu amigo Belisário Leite de Andrade dirão que ele era “um moço insinuante sem ser bonito e que era difícil para as moças escapar dos galanteios de Tancredo e Belisário. Tudo ao embalo de sambas, valsas e dos primeiros boleros das orquestras do Minas, do Athletic e do Círculo Militar”. Difícil mesmo, segundo elas, era agarrar os rapazes, que se insinuavam, mas não assumiam compromissos mais sérios.

6. Revolução de 1932: A primeira prisão

Em 1932, Tancredo está em seu último ano da Faculdade de Direito, quando estoura em São Paulo, no início de julho, a chamada Revolução Constitucionalista, que pretende forçar o governo provisório de Getúlio a reconstitucionalizar o país. Getúlio, porém, já convocara eleições para uma Assembleia Constituinte e resiste à rebelião, na qual vê apenas o propósito de derrubá-lo.

Em Minas, o governo de Olegário Maciel permanece fiel ao presidente. Como alguns de seus colegas, Tancredo empolga-se com a proclamação constitucionalista de São Paulo, participa de manifestações e vai preso. Solta-o, dois dias depois, Gustavo Capanema, secretário do Interior de Olegário, com quem atuara em 1930 e com quem voltaria a estar em outras batalhas políticas.¹ Essa não será sua única prisão.

Diplomado e habilitado a advogar, Tancredo retornou a São João-del-Rei, onde montou um escritório. No mesmo ano, foi nomeado promotor, cargo que pretendia exercer por pouco tempo. A nomeação não decorreu de iniciativa ou pedido dele, mas da intervenção de Augusto Viegas, seu padrinho político e um dos maiores amigos e parceiros de Seu Chiquito. Diante do fato consumado, Tancredo, para não fazer desfeita, decidiu exercer a promotoria por dois ou três meses, depois do que encontraria pretexto e explicação para deixá-la. Acabou por ficar no cargo por dois anos, porque teve, antes de poder pedir demissão, de assumir um processo complicado, que envolvia amigos da família. Seu afastamento, pendente esse processo, daria a impressão de fraqueza.

Já no primeiro caso que teve de defender no júri, o promotor Tancredo revelou-se um agente do Ministério Público sem o gosto das condenações. O réu era José Pedro de Resende, que matara Arlindo Camargo de Oliveira numa briga no bilhar do Café Ideal. Ao estudar o processo, Tancredo constatou que Arlindo, a vítima, sofria de uma rara doença, quase inacreditável. Seu crânio era frágil como uma casca de ovo, diziam os laudos dos legistas. Na briga, Arlindo fora empurrado por José Pedro e, ao cair, fraturara o osso parietal direito, morrendo menos em consequência do empurrão do que de sua deficiência física. Tancredo conseguiu transformar o crime de doloso em culposos, obteve a pena mínima para o réu e o caso foi parar em todas as publicações especializadas em medicina legal.

Na tarde modorrenta da pequena Andrelândia, cidadezinha perdida no mapa de Minas, o candidato em campanha procura o salão antes do comício. O barbeiro afia a navalha e pergunta ao candidato:

— O senhor não é aquele Dr. Tancredo que foi promotor em São João del-Rei?

— Eu mesmo, meu caro — responde o cliente.

— Assim por volta de 1934? — insiste o barbeiro.

— Justamente — atalha o candidato, de olho no voto que a conversa pode render.

— Então — prossegue o barbeiro, ensaboando o rosto do cliente —, o senhor deve se lembrar de um tal Jesus, que matou a mulher lá em São João?

— Jesus Antônio de Resende — prossegue o político, feliz pelo bom exercício da memória. — Crime horroroso. Eu mesmo denunciei... Pedi a pena máxima, mas o juiz só deu 12 anos. O amigo também se recorda?

— Como não haveria? Pois aquele Jesus era eu mesmo — revela o barbeiro, de navalha na mão.²

Essa versão, de *O Globo*, termina aqui, mas D. Risoleta, ao contar a história, acrescentou que o barbeiro, já com a navalha deslizando bem perto da carótida de Tancredo, prosseguia:

— Cada coisa bonita que o senhor dizia, doutor! Que discurso!

Outra versão mencionada por D. Risoleta atribui ao barbeiro a frase:

— Que julgamento o nosso, hein, doutor?³

Em junho de 1933 o promotor Tancredo foi um dos conferencistas do Congresso Eucarístico Paroquial realizado em São João del-Rei. A reda-

ção das atas coube àquele que já era e continuaria a ser o maior amigo de Tancredo, Belisário Leite de Andrade, seu sócio de escritório e, vinte anos depois, um de seus principais auxiliares no Ministério da Justiça. As atas eram tão exuberantes quanto as conferências. No caso, como veremos e a amizade e a juventude explicam, a ata foi quase delirante:

Aos doze dias do mês de junho, às 18h, na Matriz de S. João del-Rei, com a mesma concorrência do dia anterior, realizou-se a segunda sessão solene do 1º Congresso Eucarístico Paroquial. Coube ao Dr. Tancredo Neves abrir a sessão. A sua presença na tribuna foi saudada com prolongada salva de palmas. O orador, engastando conceitos lapidares no meio de comentários chamejantes sobre a atitude da sociedade moderna ante a Eucaristia, predicou e prognosticou a volta a Cristo. E essa volta a Cristo, pelo acercar-se da mesa da Sagrada Comunhão, é a única via de ressurgimento para a humanidade. Esta continuará bracejando numa ânsia estéril e vã de concórdia e calma, enquanto não dirigir-se à fonte de que a paz escorre, inestancável e pura. O orador acendeu fervente entusiasmo na multidão, cujos aplausos, então, reboaram largo tempo, desapoderadamente.

Os anais recolheram não só as atas de Belisário como as conferências lidas no congresso. Por esses anais, podemos certificar-nos de que a retórica de Tancredo, ao falar da eucaristia e da questão social, situou-se muito aquém das liberdades poéticas de outros conferencistas, todos, com certeza, mais velhos do que ele. E ainda mais aquém da ata entusiástica do amigo Belisário. Disse Tancredo:

Tudo fiz para preservar a nave desta venerável Igreja do meu fraseado mundano. Lancei mão de todos os meios ao meu alcance para vos poupar o sacrifício de me ouvirdes... Mas de nada valeram as minhas escusas, resultaram inúteis os meus esforços e em vão protestei. Era mister que logo no início desta Assembleia uma penitência vos fosse aplicada e eu fui o escolhido para... infligi-la. Só assim se explica a minha injustificável presença nesta reunião, para vos falar sobre a Eucaristia e a Paz Social.

Dessa habilidosa e nem por isso menos verdadeira ressalva, o conferencista passa, nos parágrafos seguintes, à mais sofisticada filosofia da história. E ataca Lutero, qualificando-o de precursor de Rousseau e Marx.

A Lutero coube desferir o primeiro golpe contra a unidade medieval. Foi o patriarca do protestantismo quem quebrou a harmonia da Idade Média e a ele devemos este mundo desvairado e louco em que vivemos, onde a confusão é o único dado positivo. Cindindo a unidade do plano espiritual, revoltando-se contra a autoridade da Igreja, Lutero preparava o caminho para Rousseau e Karl Marx.

Na maturidade e pelo resto da vida, Tancredo não será tão hostil a Rousseau e a Lutero. Nem a Marx. E até dirá que só não se tornou comunista, isto é, marxista, pela influência de Tristão de Athayde.

Desse Congresso Eucarístico Paroquial foram publicados os anais, guardados nos arquivos de Tancredo, por ele ou pela família. Nesse volume, o pesquisador bisbilhoteiro de oitenta anos depois encontrará, além da ata e da conferência, uma fotografia de três moças, colegas de colégio religioso em São João del-Rei, participantes do Congresso. Uma delas é Risoleta Guimarães Tolentino. Terá sido aí, nesses dias, que se conheceram?

Assim como dessa conferência, dos anais desse Congresso Eucarístico e da presença nele da futura D. Risoleta Tolentino Neves, os arquivos de Tancredo registram uma passagem de 1933 que não surpreenderá quem, tão moço ainda, já conhecia a cadeia, a tribuna religiosa, a tribuna forense, o jornal, a política e a pobreza.

Além dessas memórias, o passado de Tancredo tem, também, a surpreendente revelação de que em 1933 ele foi um galã de teatro amador. Senhoras que foram jovens na mesma ocasião que ele descrevem-no como “elegante, bonitinho”.

Por esse tempo Tancredo fez sua única aparição num palco como ator. A peça era de Abadia Faria Rosa e chamava-se *Levada da breca*. Uma comédia envolvendo as peripécias de uma criadinha fofoqueira. O elenco foi arregimentado entre as famílias mais importantes da cidade, para ajudar a obra beneficente da Sra. Belinha Reis. Tancredo foi o galã. O ensaiador Lauro Novais conta que foi bom o desempenho do jovem ator: “O que atrapalhava era a mania do Tancredo de espichar as falas do personagem... Aí os outros atores perdiam as deixas e eu ficava maluco no ponto.”

Tancredo emendou-se na pequena turnê que o grupo empreendeu nas escolas de São João del-Rei, mas encerrou ali a breve incursão no teatro.

Apesar do brilho fugaz desses eventos, o maior sucesso do jovem Tancredo era no trabalho, na promotoria e na advocacia. O ordenado de promotor talvez desse para viver. Mas ele precisava de mais, para resgatar uma dívida que lhe pesava no espírito.

Como a promotoria cuidava quase exclusivamente de casos criminais, a lei permitia que os promotores advogassem nos ramos mais rendosos do direito, como o civil e o comercial. São João del-Rei já era uma cidade industrial, além de importante entroncamento ferroviário. E ele era um jovem advogado bem preparado e bem relacionado em Belo Horizonte. Lá convivera com os principais personagens da vida política mineira e fora jornalista, colega de Milton Campos e Pedro Aleixo, titulares do mais importante escritório de advocacia de Minas, que representava, na Justiça da capital e no Tribunal de Apelação do Estado, o escritório de Tancredo e seus clientes de São João del-Rei.

Em pouco tempo, trabalhando muito e graças à boa impressão que esse afínco e sua correção deixavam nos clientes — e mesmo nos adversários —, o jovem Tancredo ganhou algum dinheiro. Mais tarde ele investiria seus ganhos excedentes em ações de uma fábrica de tecidos de São João del-Rei: nesse momento, a primeira compra que fez foi para a mãe, um sobrado modesto e acanhado, mas que a livrava de morar em casa alugada e do receio de não ter como pagar o aluguel.

7. Primeiro mandato: A segunda prisão

Em maio de 1933, realizou-se a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a primeira depois da Revolução de 1930. Augusto Viegas, padrinho político de Tancredo, leva-o para seu Partido Progressista, que reúne em Minas as forças identificadas com a Revolução. Numa segunda eleição, em 1934, Viegas é eleito para a Constituinte estadual de Minas e em seguida, em 1935, faz de Tancredo candidato a vereador em São João del-Rei.

Tancredo tinha 25 anos e conseguiu 197 votos, a maior votação entre todos os candidatos:¹ “Logo no início do mandato fui eleito presidente da Câmara. Eram 15 vereadores. Havia médicos, advogados, dentistas, fazendeiros, todos de alto nível intelectual.”

Não por ter sido o mais votado, mas por sua atuação na Câmara, Tancredo faz sucesso nesse primeiro mandato. Como prefeito interino, por força do cargo de presidente da Câmara, acabou com retrato na galeria de prefeitos efetivos.

O vereador destaca-se entre seus pares reivindicando dos dirigentes políticos verbas para a construção de pontes sobre o rio das Mortes e começando a esboçar uma campanha pela construção de uma usina hidrelétrica em Itutinga, município vizinho.

Essa usina seria afinal construída ou pelo menos iniciada quase vinte anos depois, na administração do governador Juscelino Kubitschek, de cuja campanha Tancredo seria um dos principais coordenadores. E essa campanha foi o primeiro de vários episódios que ligariam a história de Tancredo à do desenvolvimento da energia elétrica no Brasil:

Havia uma grande crise de energia elétrica na região. As cidades mal-iluminadas, as fábricas tendo que se valer de geradores diesel, um desemprego enorme em decorrência da carência de energia elétrica. Liderei então na região um movimento pela captação da central elétrica de Itutinga, com um potencial previsto de 30 mil cavalos, uma solução definitiva para a região.²

O prefeito de São João, nessa época, era Antônio Viegas, irmão de Augusto, e podia confiar irrestritamente nas interinidades de Tancredo, que não lhe daria as rasteiras habituais. Exercendo interinamente a prefeitura, Tancredo recebeu o crédito merecido por três melhoramentos que impressionaram os eleitores: o calçamento das ruas com blocos poliédricos de concreto, ainda hoje existente; a ligação por estradas dos sete distritos, que só dispunham de trilhas para animais; e o início da construção da usina de tratamento de água. Essa usina foi descrita como obra tão bem-feita que até a época de sua candidatura à Presidência ainda era a mesma, com poucas modificações.³

Se muitos eleitores estavam bem impressionados com Tancredo, alguns adversários, enciumados e preocupados, tentaram atingi-lo. Mas ele estava preparado.

Já sabia, também, manter alta a guarda contra os ataques da oposição e exercitou o dote em 1936, quando foi acusado de legislar em causa própria, aproveitando o posto de presidente da Câmara para aprovar uma legislação que viria a beneficiar suas atividades de empresário do ramo têxtil. Atacado em tom baixo, respondeu por meio de carta ao jornal *O Estado de Minas*, da qual se guarda um período que repetiu em outras circunstâncias: “Jamais pleiteei posições e cargos, os quais, a despeito da minha notória relutância em os aceitar, me têm sido impostos por injunções irrecusáveis de amigos, que muito prezo.”

Na resposta, republicada na edição de 8 de maio de 1936 de *O Correio*, semanário de São João del-Rei, Tancredo desmente a acusação, informando que a companhia ainda se estava instalando e não havia sequer requerido os favores da lei.⁴ O que os adversários queriam era afastar Tancredo da presidência da Câmara, cargo no qual ele ficaria até o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, quando foram fechadas todas as câmaras municipais, todas as assembleias legislativas e o próprio Congresso.

O ano de 1936 marcou Tancredo por três acontecimentos que se refletiriam por toda a sua vida política, profissional e pessoal. Um foi sua segunda prisão:

Fui advogado do Sindicato dos Ferroviários e tive de participar de uma greve deles. Puseram mulheres deitadas nos trilhos para os trens não passarem. Essa greve, em 1936, foi um sucesso total. Fui preso e dei azar de me encontrar com Osvaldo Machado, um delegado truculento, mas me respeitaram e dois dias depois me soltaram, pois a greve tinha se tornado vitoriosa, reconhecidas todas as reivindicações. Também, havia um atraso de quatro meses no pagamento dos salários! Qual a autoridade moral do governo para combater uma greve dessa natureza?⁵

Naquele ano aconteceu seu primeiro empreendimento na iniciativa privada, a Fiação e Tecelagem Matozinhos Ltda., da qual seria diretor-secretário. A Matozinhos fabricaria brins, flanelas e cobertores, com algodão vindo do Norte, e colocaria a maior parte de sua produção em São Paulo. A vida empresarial de Tancredo começou por acaso. Ele era advogado e procurador de um português milionário e solteiro, Antônio Miranda, representante da Cervejaria Brahma para toda a região de São João del-Rei. Com a morte de Miranda, Tancredo foi encarregado de seu inventário, com honorários de 10%. Recebeu 80 contos, com os quais comprou 10% das ações da Fábrica Têxtil São João, dos irmãos João e Acíbio Hallack. Essa fábrica teve vida breve, depois de um período de rápida expansão, resultante da Segunda Guerra Mundial, das consequentes dificuldades e em seguida da proibição de importação de tecidos.

O terceiro acontecimento foi D. Risoleta.

8. D. Risoleta

Por volta de 1936, dois filmes da Paramount faziam sucesso no Brasil. Uma deles, *Se eu tivesse um milhão*, contava, entre outras, a história de um homem que encontra nas ruas de Nova York um cheque de um milhão de dólares. Mas o personagem, interpretado pelo ator George Raft, desconfiou que o cheque fosse falso e foi descontá-lo com tantas preocupações que despertou a suspeita da polícia. Terminou morto num tiroteio.

O outro era *Scarface, a vergonha de uma nação*, com o mesmo Raft no papel que o imortalizou, como um gângster, auxiliar de Al Capone, que acaba roubando a namorada do chefe. Alto, magro, cabelos cheios de brilhantina, galante, charmoso, gângster... George Raft não foi um bom ator, mas conquistou um grande fã-club. Nele estava incluída a jovem Risoleta Guimarães Tolentino, filha de fazendeiros poderosos em Cláudio, oeste de Minas, e aluna do internato do Colégio Nossa Senhora das Dores, em São João del-Rei. Mal saída da adolescência, ela identificou o seu George Raft no advogado Tancredo de Almeida Neves, “vereador, empresário, pequena estatura, calva pronunciada aos 26 anos, mas também charmoso e conquistador... O noivado foi relativamente curto. Tancredo e Risoleta trocaram as fotografias de praxe em fins de 1936, um ano e meio antes do casamento”.¹

Até o fim da vida, D. Risoleta viu semelhanças entre Raft e o marido. Com Tancredo ela se casou na terra dos pais, a 25 de maio de 1938. Foram padrinhos Belisário Leite de Andrade Neto e Francisco de Almeida Neves, irmão de Tancredo. À cerimônia religiosa seguiu-se uma festa à altura, na Fazenda da Mata, onde imperava Maria Guimarães Tolentino, D. Quita,

mãe da noiva e matriarca mineira de estilo antigo, casada com Quinto Alves Tolentino, fazendeiro tradicional. A noiva, bonita e prendada, fora Rainha do Carnaval em Cláudio. Pelo noivo houve quem chorasse em São João del-Rei.²

Jorge Moura: D. Risoleta foi sua colega de grupo escolar ou de ginásio?

Tancredo Neves: Não, sou bem mais velho do que ela... (*rindo*) Se ela souber que você fez essa pergunta, te proíbe de entrar aqui!

JM: Como foi que o senhor a conheceu?

TN: Sabe como é, sair na rua, para passeios, solenidades... a diversão da rapaziada era brincar com as meninas na saída do colégio, fazendo piadas, mandando bilhetes. As irmãs ficavam tomadas da maior indignação! Um dia, a gente olha... sabe essas coisas que se realizam subitamente, né?

Sérgio Cabral: Qual foi o tipo de cantada que o senhor usou?

Jaguar: Qual foi o torpedo?

SC: A gente fazia uns passeiozinhos ou então havia o *footing* na avenida. Todo aquele quadro, o sorveteiro, o pipoqueiro, o banco...

Ziraldo: Têm quanto tempo de casados?

SC: Nos Estados Unidos me perguntaram isso e quando falei que tinha mais de quarenta anos, se espantaram: “Mas com a mesma pessoa?!”

SC: Foi seu primeiro amor?

TN: Foi.³

9. O Estado Novo

No dia 10 de novembro de 1937 [dia do golpe do Estado Novo] recebi o radiograma dizendo que o Senado, a Câmara, as assembleias legislativas e as câmaras municipais tinham sido dissolvidos. A Câmara de São João estava reunida. Como presidente, dei ciência aos vereadores de que estavam com os mandatos cassados, que não representavam mais nada.

Um dos líderes do PP, o velho Dr. Elói Reis e Silva, já naquela época com mais de 80 anos, e que tinha sido constituinte mineiro em 1891, pediu a palavra e lançou um veemente protesto, dizendo que não se podia, em razão de uma ameaça de partidos extremistas da direita e da esquerda, levar ao colapso as instituições democráticas. Disse que o que estava ocorrendo era a implantação de uma ditadura e que toda ditadura era infame, criminosa, começava dizendo que era amiga do povo, sua salvadora, para depois oprimi-lo. Foi um discurso vibrante.

Logo em seguida pediu a palavra um vereador integralista, farmacêutico, Dr. Sebastião Banho, homem muito culto, muito bem preparado, e fez um elogio ao Estado Novo, ressaltando a necessidade de um regime de força, pois a nação estava na iminência do caos e só um regime dotado de prerrogativas excepcionais poderia salvá-la da desagregação.

Ao meu lado tinha um fazendeiro que entendeu pouco do debate e me perguntou ao final: “Doutor, não tô entendendo nada. O que é isso?” Respondi que aquilo era uma ditadura: “É um regime de força no Brasil”. [E ele] “Mas nós vamos sair no lado de montar?” (*risos*) Foi a melhor definição de ditadura que já ouvi até hoje. Ou você sai do lado de montar ou sai montado! Com o golpe de 37, desvinculei-me totalmente das atividades políticas. Tinha uma advocacia próspera em São João e nas vizinhanças e exerci essa atividade até 1946.¹

Sem as amarras e os impedimentos do mandato de vereador e sem os compromissos da militância partidária, Tancredo passou a advogar contra o rigor e as arbitrariedades do fisco federal — e à medida que ia vencendo causas de valor cada vez maior seus rendimentos profissionais iam aumentando e, com eles, seu patrimônio.

Um episódio de 1939 foi a consagração de Tancredo como advogado. Um fiscal federal de rendas, Jorge Bocanera, estava autuando, enquadrando e multando por sonegação praticamente todos os comerciantes de sua jurisdição, que cobria todo o oeste de Minas. Um dos atingidos Tancredo conhecia bem; era seu amigo, cliente e sócio João Hallack. Ele tinha certeza de que o cliente não estava sonegando. Com uma simples carta ao juiz da comarca, a cujos argumentos e informações se acrescentava a credibilidade do advogado, conseguiu a transferência do fiscal.²

A carta, note-se, foi ao juiz, não ao governador Benedito Valadares, com quem estava pessoalmente em muito bons termos, nem a Augusto Viegas, liderança em São João del-Rei e seu padrinho político.

A campanha pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial levou Tancredo de volta às ruas, em São João del-Rei, para falar em comícios a favor dos Aliados. Um desses comícios, improvisado, não foi na rua, mas em cima da mesa de sinuca do Café Rio. Depois do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o governo expropriou, em represália, bens de súditos da Alemanha. Alguns dos participantes mais exaltados da campanha passaram a atacar estabelecimentos de propriedade de alemães e italianos e de seus descendentes.

Em São João del-Rei, um grupo de exaltados resolve, sabe-se lá se por verdadeira fúria patriótica ou por algum ressentimento pessoal, atacar o Café Rio, de propriedade do inofensivo cidadão Alfredo Mauro, brasileiro nato, mas descendente de italianos. Avisados do ataque, Tancredo e seu amigo Belisário correm para o café, onde Mauro, agredido com brutalidade, já estava com o braço fraturado. Tancredo sobe na mesa de sinuca e, desse palanque improvisado, discursa com a veemência e os argumentos necessários para convencer os atacantes de que Mauro nada tinha a ver com Hitler ou Mussolini.

No início de 1945, com a iminência do fim da guerra e do nazismo, o próprio Getúlio Vargas deu início à desmontagem da ditadura do Estado Novo. Tancredo recusara um convite de Benedito Valadares para ocupar a chefia de polícia de Minas, o cargo mais poderoso e importante no estado

depois do de Valadares. Recusou, com uma desculpa delicada, mas não queria servir a um governo de força. Aceitou, porém, a sugestão do cunhado Mozart Dornelles, marido de sua irmã Mariana, major do Exército e um dos subchefes do Gabinete Militar do presidente Getúlio Vargas, para um encontro com este.

10. Primeiro encontro com Getúlio Vargas

De 1945 para 1946, já na fase de preparação da reconstitucionalização da vida política do país — diria Tancredo —, acabei indo para o PSD por injunções municipais. Porque meu grande amigo lá, que era o velho Augusto Viegas, um grande chefe político de São João e da região, passou a ser violentamente hostilizado pela imprensa local, numa campanha iníqua, desumana, até de retaliação. Então resolvi tomar a defesa dele. Ingressei no debate jornalístico do interior, de uma violência inaudita. E então acabei indo para o PSD por força de declividade, por força de atração da própria conjuntura local. Participei de todas as eleições que se seguiram sob a bandeira do PSD.¹

A inclinação inicial de Tancredo era ingressar na UDN, o partido oposicionista liderado em Minas por figuras como Milton Campos e Pedro Aleixo, a quem ele estava ligado desde 1930. Mas a campanha contra Viegas fora empreendida por dirigentes da UDN de São João del-Rei.

Em entrevista a Carlos Castello Branco, em fevereiro de 1960, Tancredo revelou que poderia ter ido para o PTB, não para o PSD, ao qual afinal filiou-se aconselhado pelo próprio presidente Getúlio Vargas, no primeiro encontro que teve com este, em 1945, levado por seu cunhado, o futuro general Mozart Dornelles, integrante do Gabinete Militar de Getúlio. Nessa entrevista, Tancredo diria:

Eu conheci o Dr. Getúlio em 1945, quando se iniciou a redemocratização do país. O PTB acabava de ser fundado e eu lhe perguntei em que partido devia ingressar. Aconselhou-me a ficar no PSD.

Se lhe dissesse para entrar no PTB teria obedecido?

Certamente. Naquela época não tinha compromissos políticos.²

O PTB, teria dito Getúlio, era ainda um partido quase exclusivamente de líderes sindicais. Nele, um profissional liberal, um político da envergadura intelectual de Tancredo Neves, não teria o mesmo espaço do qual poderia dispor no PSD.

Getúlio Vargas foi deposto — e exilado para a fazenda de sua família, em São Borja, no Rio Grande do Sul — pelo golpe de 29 de outubro de 1945.

Tancredo não foi candidato nas eleições convocadas por Getúlio e realizadas a 2 de dezembro de 1945, mas participou da campanha em favor da candidatura do general Dutra em São João del-Rei, que era automaticamente a campanha de seu velho amigo Augusto Viegas, candidato a deputado federal pelo PSD.

Dutra e Viegas foram vitoriosos. Em setembro de 1946, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a nova Constituição Federal, que determinava a realização de eleições a 19 de janeiro de 1947 para a escolha dos governadores de estado e das Assembleias estaduais, estas com poderes para elaborar a Constituição de cada estado. Tancredo foi candidato à Assembleia Constituinte estadual.

Minha ida para a Constituinte mineira foi realmente uma indicação do meu chefe político municipal, o Dr. Augusto Viegas, que, como eu já disse, era um dos homens mais íntegros, de maior formação moral, de maior espírito público, o mais perfeito republicano que eu vi em toda a minha existência de homem público...

Senti-me impelido a voltar à vida pública por uma razão relevante: a região de São João del-Rei sofria uma carência muito grande de energia elétrica, o que atrapalhava as indústrias já instaladas e impedia a vinda de outras. Entrei no movimento para resolver esse problema e senti que só podia fazer isso através da política.

Tancredo foi eleito deputado estadual com 5.266 votos, a maior votação na chapa estadual do PSD:

Elegi-me deputado estadual em 1947, pelo PSD. Foi quando conheci Juscelino Kubitschek, então secretário-geral do partido, e sofremos o primeiro revés eleitoral. Considerávamos nosso partido invencível em Minas e fomos surpreendidos com uma derrota na disputa do Palácio da Liberdade. A eleição de Milton Campos [da UDN, para governador do estado] verificou-se em razão de uma profunda dissidência no PSD.

11. Milton Campos e a Constituinte de Minas

Na instalação da Assembleia Constituinte do estado, Tancredo foi o primeiro dos eleitos pelo PSD a ser chamado para prestar o juramento, por ter sido o mais votado do partido:

Como fui o primeiro, recebi uma vaia estrepitosa, porque a capital era totalmente udenista. Mas, logo em seguida, eu tive de falar em nome dos novos diplomados do PSD. Aí, aqueles que me apupavam, minutos antes, passaram a me aplaudir durante o discurso, e isso me reabilitou um pouco diante de mim mesmo.

Em razão desse discurso, fui feito logo relator geral da Constituição... que era a posição mais importante que havia dentro da Assembleia Constituinte, embora eu fosse um homem do PSD, por conseguinte da oposição ao governo eleito, comandado por Milton Campos. Isso também muito me confortou: uma manifestação de apreço de adversários. A importância da função vocês aferem por isso: em 1935, o relator da Constituição foi Milton Campos, em 1891 foi Afonso Pena.

Como relator eu tinha de ter contatos seguidos com o governador do estado, que era o Milton, para encontrarmos fórmulas de conciliação entre as emendas do governo e as da oposição. Foram encontros muito benéficos para o estado, todos eles conduzidos no mais alto nível político. Depois... percorremos linhas paralelas, sempre divergindo em termos partidários, mas sempre também com um bom relacionamento de ordem pessoal.¹

Nesse clima de entendimento e cordialidade, Tancredo conseguiu, pensando em São João del-Rei, a aprovação de uma emenda que mandava criar o Fundo de Eletrificação do Estado, ponto de partida para a futura organização da Cemig, a Companhia de Eletricidade de Minas Gerais, e para o ousado programa de hidrelétricas de Juscelino Kubitschek. Esse programa e o programa de investimentos em rodovias compunham o famoso “binômio” — Energia e Transportes — da propaganda do governo mineiro e seriam, depois, a alavanca para a candidatura e para a eleição de JK a presidente da República.

Foi com base nisso que, em 1954, Getúlio Vargas, pela segunda vez presidente da República, propôs ao Congresso a criação da Eletrobras, financiada por um fundo nacional de eletrificação em tudo semelhante ao da Constituinte mineira de 1947. Segundo Tancredo:

O primeiro Fundo de Eletrificação talvez criado no Brasil foi esse da Constituição Mineira... O problema de eletrificação para Minas era vital. Ou nós nos eletrificávamos e nos industrializávamos, ou seríamos sempre um estado agrícola, uma espécie de horta do Brasil. O que era necessário era realmente industrializar o estado, para gerar mais empregos, gerar mais salários. Nós conseguimos vincular ao Fundo de Energia uma parcela apreciável do imposto de Vendas e Consignações. Através de uma vinculação e com empréstimos internos e externos, nós demos início à obra da Cemig, que é hoje realmente uma das coisas mais importantes já realizadas no Brasil.²

Sobre essa contribuição à Constituição mineira de 1947, Tancredo sempre deu respostas amplas e irrestritas. Sobre outra de suas iniciativas mais importantes, ele foi absolutamente discreto.

A Constituição Federal de 1946 estabeleceu que o mandato do presidente da República fosse de cinco anos, sem a possibilidade de reeleição. As assembleias constituintes dos estados teriam de organizar o governo desses estados adotando normas que se situassem dentro dos limites da carta federal.

A Assembleia do Rio Grande do Sul, por exemplo, adotou um modelo de governo parlamentarista que o Supremo Tribunal Federal logo derrubaria, considerando-o inconstitucional.

A Assembleia Constituinte de Minas não teve qualquer de suas decisões contestada no Supremo — tudo o que decidiu enquadrava-se nos limites

estabelecidos pela Constituição Federal. Ela, porém, foi ao extremo desses limites ao decidir que o mandato de governador de estado não seria de apenas quatro anos, como na grande maioria dos demais estados, e sim de cinco anos, como o mandato do presidente da República.

São Paulo era o estado de maior eleitorado no país, secundado por Minas. São Paulo e mais o Rio Grande do Sul, Pernambuco e a Bahia, que se seguiam a Minas em peso eleitoral, adotaram, talvez inconscientemente, ou dominados pela obsessão com suas questiúnculas internas, o mandato de apenas quatro anos para os respectivos governadores. Além de Minas, só o Paraná, então um pequeno eleitorado, Goiás, o Maranhão e outros poucos estados menores, optaram por esse mandato de cinco anos. A escolha de Minas pelo mandato de cinco anos foi articulada e conduzida à vitória por Tancredo — e teve enorme consequência nas eleições presidenciais seguintes.

Em Minas, em 1950, o PSD conseguiu eleger para o governo do estado o ex-prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, com mandato de cinco anos — e não de apenas quatro, como em São Paulo. Juscelino ainda seria governador, com quase um ano de mandato à sua frente, quando da escolha dos candidatos à Presidência para as eleições de 1955. Se seu mandato tivesse sido de apenas quatro anos, como o dos governadores de São Paulo, Juscelino, em 1955, já teria sido sucedido por outro governador e não disporia de força política para candidatar-se a presidente.

Promulgada a Constituição mineira a 14 de julho de 1947, Tancredo participou ativamente de uma oposição que abriria caminho para a conquista do governo do estado em 1950 e também para liquidar as esperanças da UDN de fazer Milton Campos presidente da República na mesma eleição. Em seguida, a Assembleia Constituinte mineira converteu-se em Assembleia Legislativa e Tancredo foi eleito vice-líder e depois líder do PSD e, portanto, da oposição.

“Já então”, diria *O Globo*, “Tancredo imprime à oposição seu estilo moderado. Crítica o governo, mas não cria nenhum obstáculo à ação administrativa do Executivo. Os problemas batiam à mesa de Milton Campos e era a Tancredo que ele recorria nos momentos difíceis.”

Em novembro de 1947, o PSD mineiro, embora dividido e enfraquecido na Assembleia Legislativa, teve bom desempenho nas eleições municipais em todo o estado. Tancredo, líder do partido na Assembleia, e Juscelino Kubitschek, ex-prefeito de Belo Horizonte e deputado federal (o que já fora

de 1934 a 1937), então secretário-geral do PSD mineiro, dedicavam-se com grande empenho a reunificar o partido e prepará-lo para a disputa do governo de Minas. Foi ao que mais se dedicaram de 1947 a 1950.³

Fortalecido nas eleições municipais de novembro de 1947, o PSD mineiro entregou-se ao trabalho de articular a eleição de governador, em 1950. Uma vez que suas responsabilidades na liderança da oposição na Assembleia não o recomendavam, Tancredo não figurou em destaque nessa articulação, conduzida pela Executiva estadual do PSD, para a escolha do futuro governador do estado.

Bias Fortes, candidato derrotado por Milton Campos em 1947, não por culpa ou demérito próprios, mas pela divisão do PSD, pretendia ser candidato de novo. Nessa ocasião, Tancredo liderava a bancada do PSD na Assembleia, em oposição ao governo de Milton Campos, e aproximou-se mais de Juscelino:

O problema sucessório era então muito difícil, porque nós, os mais novos, que éramos a maioria na bancada do PSD na Assembleia Legislativa, chegáramos à conclusão de que não conquistaríamos o governo com os velhos nomes do partido. E os velhos não abriam mão da legítima ambição de chegar ao Palácio da Liberdade. Todas as pesquisas que fazíamos nas bases do partido indicavam como candidato o Juscelino.

Juscelino fora prefeito de Belo Horizonte, cargo no qual realizara uma administração revolucionária, que incluía, expressivamente, o conjunto da Pampulha, especialmente sua pequena igreja, projeto arquitetônico do comunista Oscar Niemeyer, com um mural de Portinari, outro comunista. Juscelino, porém, vinha de uma atuação menos brilhante, até obscura, como deputado federal. Continua Tancredo:

E quando se reuniu a executiva para a escolha do candidato, o nome do Bias cresceu como o representante mais autêntico da ala tradicional do partido. E Juscelino ganhou por um voto e até hoje ninguém sabe de quem foi este voto e nem como se distribuíram as forças do partido.⁴

Na verdade, a diferença foi de três votos: 13 a 10.

Se o PSD mineiro se concentrava na luta para conquistar o governo do estado, um homem da responsabilidade do então governador Milton

Campos, da UDN, teria de pensar prioritariamente na eleição presidencial. O nome de Milton Campos foi lembrado como candidato à Presidência. Milton Campos, porém, recusou a própria candidatura e sugeriu alguma fórmula de união nacional. Em outros, essa costumava ser uma proposta oportunista. Nele, porém, todos reconheceram que decorria de propósitos inspirados apenas pelo que honradamente entendia ser o interesse do país.

“Minas”, disse ele, “entraria nesse assunto sem pretensões nem prevenções.”⁵

12. A volta de Getúlio: 1950

Na opinião de Getúlio Vargas, o candidato natural do PSD à Presidência da República, que teria sem vacilação o seu apoio e o do PTB e poderia ter ao mesmo tempo o apoio da UDN, era Nereu Ramos, de Santa Catarina, ex-governador e ex-interventor nesse estado e nesse momento vice do presidente Eurico Dutra. Nas palavras de Tancredo:

“O candidato próprio do PSD era o Nereu, que tinha inclusive o compromisso, em carta, do Getúlio, de apoiá-lo... Mas o nome do Nereu tinha um veto frontal, ostensivo, do presidente Dutra.”¹

Getúlio não queria mesmo ser candidato. Vetada a candidatura natural de Nereu Ramos, ele ainda esperava.

Na UDN, que era contra Getúlio e fora fundada para derrubá-lo, até um de seus mais irredutíveis adversários, o brigadeiro Eduardo Gomes, aspirava ao apoio daquele que, para esse partido, era o “caudilho”, o “ditador”, o “tirano” — Getúlio. No PSD, partido criado por estímulo de Getúlio e principalmente pelos interventores estaduais que ele nomeara e em muitos casos inventara, as expectativas eram menos ansiosas — e, por isso, mais eficazes.

É desses impasses que surge, é aceita e formalizada a candidatura do próprio Getúlio, lançada pelo seu PTB, apoiada pelo PSP (Partido Social Progressista) de Adhemar de Barros e à margem do PSD e da UDN, os dois partidos maiores.

Em Minas, Tancredo estava mais envolvido com a eleição estadual e, garantida a candidatura de Juscelino ao governo de Minas, obedeceu à

decisão do PSD, de lançar o nome de Cristiano Machado para presidente da República. Conforme entrevista concedida a Lucília de Almeida Neves Delgado:

Tancredo Neves: Eu fiquei com o Cristiano. Lutei pela candidatura do Cristiano até o fim, mas havia uma dificuldade enorme, porque ela não tinha, a despeito da sua dignidade, do seu valor, da sua expressão cultural, ela não tinha popularidade nenhuma. E o Getúlio tinha uma popularidade imensa.

Neves Delgado: A posição do senhor deveu-se a critérios partidários ou a critérios regionais?

TN: Partidários. Pelo critério regional, todo mundo era Getúlio.

ND: Todo mundo era Getúlio?

TN: Todo mundo era Getúlio. Difícil tirar o voto de Getúlio para levar para o Cristiano...²

Candidato à reeleição como deputado estadual, com vitória assegurada e folgada, Tancredo foi obrigado a desistir dessa candidatura para apresentar-se candidato a deputado federal, menos de dois meses antes das eleições, devido à desistência do velho chefe pessedista Augusto Viegas. Nas últimas semanas da campanha eleitoral, Viegas, deputado federal, candidato à reeleição apoiado por ele, retirou-se da disputa, obrigando Tancredo a desistir da reeleição e candidatar-se a deputado federal.

Os motivos de Viegas para essa decisão nunca foram bem esclarecidos. Pode ser que se retirasse apenas por sentir o peso da idade. Mas também pode ser que tivesse decidido forçar a entrada de Tancredo no plano da vida política federal, transferindo para ele a própria candidatura. A curto prazo, a mudança de rumo no destino de Tancredo parecia desastrosa. Havia o risco de ele não se eleger deputado federal, risco inexistente em sua reeleição para deputado estadual. Além disso, como deputado federal, seria apenas um obscuro estreante na bancada do PSD, uma figura apagada, e não o líder que já era na Assembleia Legislativa do estado.

Ele, porém, aceitou o desafio. Não poderia negar isso a Viegas, o maior amigo de seu pai e seu padrinho político, a quem devia o mandato de vereador em 1935 e o de deputado estadual em 1947. Mesmo com tão pouco tempo de campanha, conseguiu eleger-se deputado federal com 11.515 votos, a décima quinta votação de seu partido.

Nesse mesmo dia, Getúlio foi eleito presidente da República, com 49% dos votos. O brigadeiro Eduardo Gomes ficou em segundo lugar, com 30%, e o candidato oficial do PSD, Cristiano Machado, em terceiro. Continua Tancredo:

Foi, realmente, uma vitória espetacular — diria Tancredo — porque ele [Getúlio] derrotou todas as Câmaras Municipais do Brasil, derrotou todos os prefeitos do Brasil, derrotou a maioria das Assembleias Legislativas, a maioria da Câmara dos Deputados e do Senado, a má vontade das Forças Armadas e toda a grande imprensa falada e escrita do Brasil (*risos*).³

Mal se confirmam, extraoficialmente, os resultados da eleição presidencial e recrudescer a onda contra a posse de Vargas. Antes da eleição, o argumento era o de que sua deposição pelo golpe de 29 de outubro de 1945 tornava-o inelegível. Agora o argumento é outro: com 49% dos votos, ele não alcançara a maioria absoluta do eleitorado. Graças à resistência de alguns chefes militares, como o general Góis Monteiro, a Justiça Eleitoral não aceitou essas impugnações e o Congresso deu posse a Getúlio.

Quando Tancredo, eleito deputado federal em outubro de 1950, teve de assumir o mandato em fevereiro de 1951, a família mudou-se de Belo Horizonte para o Rio e foi morar, provisoriamente, numa casa na Tijuca, emprestada pelo general Mozart Dornelles, casado com Mariana Neves, uma das irmãs de Tancredo.

O general Dornelles servia fora do Rio, mas voltou dali a seis meses e a casa teve de ser devolvida.

“Como qualquer família mineira”, contaria D. Risoleta, “fomos procurar moradia perto do mar.”

Alugaram um apartamento em Copacabana, na rua Tonelero, e nele moravam quando Tancredo, como ministro da Justiça, teve de enfrentar a tempestade que se desencadeou com o atentado de 5 de agosto de 1954, nessa mesma rua, contra Carlos Lacerda, atentado no qual morreria o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz.⁴